

Vol VII, núm. 2, jul-dez, 2023, pág. 305-320

O CAPITAL HUMANO E SUA RELAÇÃO COM O AUMENTO DE RENDA E O CRESCIMENTO ECONÔMICO

EL CAPITAL HUMANO Y SU RELACIÓN CON EL AUMENTO DE LOS INGRESOS Y EL CRECIMIENTO ECONÓMICO

Amanda Vasconcelos Rios

RESUMO

A teoria do capital humano estabelece que as pessoas se educam e que o principal efeito da educação é a mudança que ela provoca nas habilidades e conhecimentos de quem estuda. E como consequência pode ocorrer uma melhora no nível de renda, na qualidade de vida, como também nas oportunidades profissionais e sociais. O capital humano assume a forma de fator de produção e passa a ser objeto de debate e estudo posterior de vários filósofos que o enxergam sob diferentes perspectivas. Alguns teóricos defendem o conhecimento com foco na função, há os que analisam o custo-benefício de investir em qualificação, e os que colocam sob o Estado a incumbência de melhorar a qualidade da educação, porém, nota-se uma igualdade de opiniões em que o caminho para o desenvolvimento da nação, o aumento da renda e o bem-estar do trabalhador está fortemente amarrado ao nível de conhecimento individual. O crescimento econômico também é abordado como resultado de investimentos e melhorias no fator humano, pois muitos estudiosos defendem que só há desenvolvimento quando este trazer benefícios diretos aos seres humanos e não apenas aumentos na quantidade produzida por uma nação. Este estudo pretende abordar o capital humano através de um breve levantamento histórico, trata-se de uma revisão de literatura a partir de bibliografias publicadas sobre o tema. Em especial procura-se destacar a relação capital humano, escolaridade e renda e examinar a influência do capital humano sobre o crescimento econômico das nações.

Palavras-chaves: Sociedade, Educação/Instituição Educativa, Mercado de trabalho, Desenvolvimento econômico/empresa, Teoria do Capital Humano.

RESUMEN

La teoría del capital humano establece que las personas se educan a sí mismas y que el principal efecto de la educación es el cambio que provoca en las habilidades y conocimientos de quienes estudian. Y como consecuencia, puede haber una mejora en el nivel de ingresos, la calidad de vida, así como las oportunidades profesionales y sociales. El capital humano toma la forma de un factor de producción y se convierte en objeto de debate y posterior estudio por parte de varios filósofos que lo ven desde diferentes perspectivas. Algunos teóricos defienden el saber con enfoque funcional, los hay que analizan el costo-beneficio de invertir en la calificación, y los que encomiendan al Estado la tarea de mejorar la calidad de la educación, sin embargo, existe una igualdad de opiniones en la que el camino hacia el desarrollo de la nación, el aumento de la renta y el bienestar del trabajador está fuertemente ligado al nivel de conocimiento individual. También se aborda el crecimiento económico como resultado de inversiones y mejoras en el factor humano, ya que muchos estudiosos sostienen que solo hay desarrollo cuando trae beneficios directos a los seres humanos y no solo aumentos en la cantidad producida por una nación. Este estudio pretende abordar el capital humano a través de un breve recorrido histórico, se trata de una revisión bibliográfica basada en bibliografías publicadas sobre el tema. En particular, buscamos resaltar la relación entre capital humano, escolaridad e ingresos y examinar la influencia del capital humano en el crecimiento económico de las naciones.

Palabras-clave: Sociedad, Educación/Institución Educativa, Mercado laboral, Desarrollo económico/empresa, Teoría del Capital

1. INTRODUÇÃO

Em 1776, Adam Smith em “*A Riqueza das Nações*”, mesmo sem utilizar o termo ele se aproxima do que futuramente passaria a compor a teoria do capital humano. Em seu estudo Smith (1776, p.49) cita que:

O esforço natural de cada indivíduo no sentido de melhorar sua própria condição, quando sofrido para exercer-se com liberdade e segurança, é um princípio tão poderoso, que ele é capaz, sozinho e sem qualquer ajuda, não somente de levar a sociedade à riqueza e à prosperidade, mas de superar centenas de obstáculos impertinentes com os quais a insensatez das leis humanas muitas vezes obstaculou seus atos.

Para Smith (1776) a iniciativa de melhorar a condição do indivíduo o faz prosperar, porém é uma iniciativa individual, isto porque Smith admite poucas funções ao estado. Suas ideias permanecem no processo de divisão do trabalho e livre mercado. Descreve uma fábrica de alfinetes para mostrar que a divisão do trabalho aumenta a quantidade produzida e facilita a produção economizando tempo e simplificando as funções desempenhadas por cada trabalhador.

Smith (1776) afirma que “empregos, mão de obra e capital devem manter-se em equilíbrio para não gerar desigualdade, e uma sociedade em perfeita liberdade faz com que cada um escolha a profissão que considerar conveniente de acordo com seu interesse.” Há uma mão-invisível que organiza e equilibra o comportamento da oferta e demanda de empregos e mão de obra.

Já Alfred Marshall (1890) também abordou sobre capital humano. Em sua obra “*Principles of Economics*”, afirma que “toda riqueza consiste de coisas desejáveis” e dividiu a riqueza em bens materiais e imateriais. “Os bens imateriais são qualidades e habilidades, portanto, qualidades e habilidades são capital humano.”

O trabalhador ao adquirir conhecimento torna-se mais confiante na execução de suas tarefas. Para Marshall, a falta de oportunidade entre as crianças da classe trabalhadora impedia o descobrimento de novos “gênios” capazes de contribuir para o desenvolvimento da riqueza nacional.

Marshall (1890) considera a educação uma responsabilidade do estado e dos pais, aos pais cabe a missão de conscientizar-se dos benefícios do conhecimento, incentivar e investir parcela de seus ganhos na educação dos filhos. O Estado não deve medir os resultados isoladamente, pois se entre um grande número de crianças uma se destacar e contribuir para a sociedade já valerá o investimento feito em massa.

Já no século XIX, Marx (1867) analisa o Capital Humano com uma visão diferenciada, e propõe o comunismo como solução para as desigualdades sociais. Marx (1867) faz críticas a Smith, para ele “a divisão do trabalho é o método utilizado pela classe dominante – proprietários dos meios de produção – para potencializar a exploração da força de trabalho assalariada e expandir o capital da classe burguesa.”

Com a divisão do trabalho, o trabalhador não produz mais uma mercadoria até o final e isto facilita a manipulação de mão de obra pelo capitalista. As idéias de Smith acerca de oferta e demanda de mão de obra para equilibrar oscilações, são para Marx (1867, p. 289) muito superficiais, não passam de ideologias interesseiras colocadas pela classe burguesa. E admite que:

Para modificar a natureza humana geral de tal modo que ela alcance habilidade e destreza em determinado ramo de trabalho, tornando-se força de trabalho desenvolvida e específica, é preciso determinada formação ou educação, que, por sua vez, custa uma soma maior ou menor de equivalentes mercantis.

Marx (1867) entende que “é necessário o investimento em educação para se alterarem as relações sociais.” Os trabalhadores devem investir em educação para adquirir capacidade de serem os formadores do estado.

O capital humano foi objeto de debates em vários países, devido seu impacto nos processos sociais e econômicos. E a partir de 1950, após o fim da segunda guerra mundial, o mundo se volta para a organização econômica e social.

O marco da Teoria do Capital Humano e o rejuvenescimento da educação como elemento importante dentro deste processo ocorre em um grupo de estudos da Universidade de Chicago coordenado por Theodore Schultz, Gary Becker e Jacob Mincer.

Theodore Schultz, professor de Economia da Educação, especialista em economia agrária, formaliza a Teoria do Capital Humano. Ele foi considerado o formulador da ideia por suas colocações sobre o fator humano e em 1979 ganhou o prêmio Nobel em Economia.

Schultz coloca o conhecimento como forma de capital e a decisão de investir na capacitação do trabalhador passam a ser uma deliberação individual ou das partes interessadas em melhorar e/ou aumentar a produtividade. Schultz (1973, p.31) afirma que:

Embora seja óbvio que as pessoas adquiram capacidades úteis e conhecimentos, não é óbvio que essas capacidades e esses conhecimentos sejam uma forma de capital, que esse capital seja, em parte substancial, um produto do investimento deliberado, que têm-se desenvolvido no seio das sociedades ocidentais a um índice muito mais rápido do que o capital convencional (não-humano), e que o seu crescimento pode muito bem ser a característica mais singular do sistema econômico. Observou-se amplamente que os aumentos ocorridos na produção nacional têm sido amplamente comparados aos acréscimos de terra, de homens-hora e de capital físico reproduzível. O investimento do capital humano talvez seja a explicação mais consentânea para esta assinalada diferença.

Quando Schultz (1973) cita que “os aumentos ocorridos na produção nacional têm ligação com o investimento em capital humano”, automaticamente a educação passa a ser valorizada como um elemento de investimento e importante no processo de desenvolvimento da nação. Cabendo ao Estado investir e possibilitar aos trabalhadores o acesso à educação. Em 1776, Smith afirmou que “emprego, mão de obra e capital devem estar equilibrados para não gerarem desigualdade”. Schultz (1967) “dá ao fator mão de obra um peso maior, pois o indivíduo que investir em conhecimento passa a ter maiores rendimentos e ascensão social.”

Os proprietários do capital humano são os trabalhadores, estes não podem se separar de suas habilidades e quanto mais conhecimento adquirirem melhor será a produtividade. O trabalhador passa a investir em educação na expectativa de retornos, educação transforma-se em produto negociável. Para que a educação resulte em crescimento econômico Schultz expressa que os investimentos devem ser de boa qualidade e corretos. Tendo o conceito de capital humano formalizado por Schultz, a educação passa a ser imprescindível no contexto econômico.

Sendo assim, Gary Becker (2007, p. 35) discutiu sobre o tema, e em 1964 publicou uma obra intitulada “*Human capital: a theoretical and empirical analysis with special reference to education*”, em 1992 foi condecorado com o prêmio Nobel por suas contribuições sobre os aspectos do comportamento humano. Com uma visão mais sistemática, Becker analisou o custo-benefício das atividades que aumentam a produtividade.

Para Becker (2007) “o investimento em educação contribui para o crescimento econômico, melhora os rendimentos individuais e tem efeito positivo sobre a saúde e a formação das famílias.” É importante que o governo tenha planos que estendam a educação a todos, e que esta educação seja de qualidade.

Jacob Mincer explorou o capital humano em um panorama econométrico, foi o formulador da “função salário do capital humano”. Seus estudos foram fundamentais para analisar as taxas de retorno dos investimentos em educação, apurou que a distribuição entre os rendimentos nas diferentes atividades está diretamente ligada ao incentivo de capital humano disposto nelas. Sua função aprimorou a análise do período de tempo de trabalho que o ser humano leva para atingir suas metas, as diferenças salariais são encontradas no número de anos investidos em escolaridade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O termo capital humano refere-se ao “conjunto de capacidades produtivas dos seres humanos formadas pelos conhecimentos, atitudes e habilidades e que geram resultados em uma economia” (Baptiste, 2001).

A característica preponderante do capital humano é que ele parte do homem. Configura-se como capital, porque é fonte de satisfações futuras, ou de futuros rendimentos, ou ambas as coisas. É humano, porque se torna parte do homem. Como os homens são livres, o capital humano não é um ativo negociável que se adquire no mercado, no sentido de que possa ser vendido. Entretanto, “pode ser adquirido por intermédio de um investimento no próprio indivíduo” (Schultz, 1973).

“A característica diferenciadora entre o capital físico e o capital humano é que o poder para utilizá-lo no capital humano pertence ao indivíduo que o incorpora, independentemente de qual foi a fonte financiadora do investimento” (Johnson, 1964) e a comum é que “ambos estão sujeitos à obsolescência, devendo sofrer manutenção” (Schultz, 1973).

Schultz (1960) propõe “tratar a educação como forma de investimento no homem, visto que ela se torna parte da pessoa que a recebe”. Portanto, é uma forma de capital humano. Sua proposta baseou-se na hipótese de que alguns aumentos importantes no rendimento nacional americano seriam consequência das adições dessa forma de capital.

A chave da teoria do capital humano é o conceito de que a aquisição de mais conhecimentos e habilidades aumenta o valor do capital humano das pessoas, aumentando sua empregabilidade, produtividade e rendimento potencial. Conseqüentemente, o investimento em educação leva a um aumento de renda futura, além de ocupar uma posição destacada no progresso das sociedades na forma de bem-estar social e inovação tecnológica.

Diversos estudos comprovaram a eficiência da escolaridade em proporcionar benefícios aos indivíduos. Psacharopoulos e Patrinos (2002), revisando e apresentando as últimas estimativas e padrões de taxas médias de retorno à escolaridade em diversos países do mundo, constataram que as mais altas são as da África Subsaariana (37,6%, 24,6% e 27,8% para o ensino primário, secundário e superior, respectivamente) e as mais baixas foram as pertencentes aos países membros da OCDE (13,4%, 11,3% e 11,6%, na mesma ordem). Sobel (1978) salientou que as taxas de retorno por profissão variam de país a país; mas, em geral, as maiores podem ser obtidas em Odontologia, Medicina, Engenharia, Administração de Negócios e Economia.

Outros comprovaram o impacto da escolaridade na vida dos envolvidos (Baruch & Peiperl, 2000; Dugan, Grady, Payn, & Johnson, 1999; Hunton, Stone, & Wier, 2005; Newell, Langsam, & Kreuze, 1996). Alguns autores coletaram evidências de que existe um ganho para a sociedade, conhecido como externalidades, provocado pela educação, que vai além do somatório dos prêmios de salários individuais, ou seja, a taxa de retorno social para a educação

difere positivamente da taxa de retorno privada. Dentre eles Farrel e Fuchs (1982), Moretti (2002), Lochner e Moretti (2001), Rauch (1993), Psacharopoulos e Patrinos (2002).

A realidade brasileira reafirma as constatações dos estudos estrangeiros. Altas taxas de retorno. Diferenças salariais entre trabalhadores que não são explicadas apenas por diferenças nos seus atributos produtivos. O impacto de diferentes cursos superiores no desempenho trabalhista, observado a posteriori (Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas - CPS/FGV, Coordenado por Marcelo Néri). O desempenho no mercado de trabalho das pessoas com instrução superior e as influências da escolaridade na carreira.

A teoria do capital humano estabelece, portanto, uma explicação importante para a atribuição da educação no aumento da produtividade e como o principal fator de explicação para os diferenciais de renda observados no mercado de trabalho. As evidências empíricas comprovam que ela tende a ser mais importante para países subdesenvolvidos do que para os desenvolvidos, em virtude da má distribuição da educação entre a força de trabalho.

Um paradigma da teoria do capital humano é que as pessoas investiriam em si mesmas (saúde, aquisição de informações, educação, etc.), visando a retornos a futuros, mesmo que estes ganhos não representassem aspectos pecuniários ou os indivíduos poderiam adquirir mais escolaridade simplesmente por satisfação pessoal. A escolaridade geraria habilidades cognitivas que representariam enorme valor para o próprio sujeito, para o mercado e para a comunidade, que retribuiriam com maior remuneração, mobilidade, diferenciação e estabilidade profissional, status, prestígio, respeitabilidade e reconhecimento, dentre outros.

Elevações nos níveis de capital humano dos indivíduos, no entanto, não geram apenas significativos aumentos na produtividade e nos salários. Elevam também a competitividade das empresas, o bem-estar dos empregados e a vida da comunidade como um todo. Além disso, influenciariam os níveis de responsabilidade social, conforme evidenciado em pesquisas que comprovaram que a educação repercute na formação de líderes, eleitorado mais capacitado, consciência social, doação de tempo e dinheiro à caridade (Blaug, 1965)

3. O CAPITAL HUMANO PODE AFETAR NO POSTERIOR AUMENTO NA RENDA?

Apesar dos diferentes propósitos, para a grande maioria dos estudiosos, a educação é colocada como o alicerce para o desenvolvimento das nações e a solução para as diferenças sociais.

Observa-se muitos conceitos sobre o capital humano, do controle pelo estado no mercantilismo, passando pela transformação em mercadoria no período clássico, e chegando ao conceito modernizado e formalizado por Schultz, a capacitação do indivíduo é primordial.

Atualmente, investir em programas de educação é fundamental para combater as desigualdades sociais e melhorar as condições de países menos desenvolvidos. Raramente pode-se encontrar entre os homens uma unanimidade tão clara quanto a que existe sobre a importância da educação (escolaridade) para melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Durante um longo período de tempo e sem uma explicação plausível, orientou-se os ganhos de uma nação e, portanto, o desenvolvimento desta, muito mais no sentido da ênfase sobre o capital financeiro e físico do que sobre os aspectos da formação do homem.

Smith (1988) embora não demonstrasse qualquer preconceito acerca das habilidades humanas, não as incorporou em seu núcleo formal de pesquisa. Postura semelhante também se observou em Marshall (1988) que embora reconhecendo o significado da expressão “capital humano” relutou em utilizá-la em seus estudos. A postura de Marshall foi determinante para dificultar a popularização do conceito não só entre os estudiosos de economia como também dos pedagogos.

Solow (1957) tem focalizado a importância da educação para o crescimento econômico. Para o autor “o crescimento da renda de uma nação é resultado de três fatores: o aumento no seu estoque de capital físico, o aumento de sua força de trabalho e um residual representando outros fatores”. Este residual foi denominado por Solow de “progresso tecnológico” e notou

que aumentos no nível de educação foram um dos fatores que contribuiu para o crescimento econômico.

Muitos estudiosos tem enfatizado a qualidade da educação como determinante dos salários e dos ganhos de produtividade dos indivíduos.

Mais recentemente Jorgenson e Stiroh (2000) ao realizarem um estudo para o período de 1959 a 1998, “mostraram que o percentual de contribuição da educação para o crescimento econômico foi de 8,7% e que o produto per capitã cresceu 13%”.

Para a Teoria do Capital Humano, a educação tem influência determinante na renda do trabalhador. Ela melhora as habilidades e conseqüentemente a produtividade, o resultado pode ser observado no aumento de sua renda. A distribuição de renda é sempre analisada e subordinada à diferentes conclusões. Drucker (2001) diz que “atualmente os empregos exigem mais conhecimento dos trabalhadores, e que os mesmos para se manterem empregados devem estar em um processo de aprendizado contínuo, a ascensão de classe e melhoria na renda são para Drucker um desafio”.

As empresas desempenham um papel de extrema importância no processo de aperfeiçoamento do capital humano. E é através da Teoria do Capital Humano que surgem novos fundamentos para complementar e/ou facilitar o funcionamento do mercado de trabalho. Surge a teoria do mercado dual (ou segmentado) de trabalho, há muitas publicações sobre este tema, embora, observa-se que são complementos umas das outras sob diferentes ideologias. Trata-se de qualificar o trabalhador para o mercado de trabalho com foco na função desempenhada, a educação exerce um papel limitado neste contexto.

4. O CAPITAL HUMANO PODE ACARRETAR NO CRESCIMENTO ECONÔMICO?

Os problemas sobre o crescimento econômico, a distribuição de renda e educação não são recentes. Smith no século XVII já indagava as desigualdades sociais, para ele o aumento na

renda e a ascensão de classe estavam ligados ao poder de competitividade do trabalhador ao desenvolver suas habilidades, o pensamento de Smith é de que o indivíduo é responsável por seu crescimento. Ocorre que no percurso de aperfeiçoamento os trabalhadores encontram barreiras socioeconômicas para melhorar suas habilidades.

Porter (1947) diz que “o governo deve ser criador de condições para o crescimento, que deve melhorar a educação e infraestrutura para impulsionar o país, e as empresas e instituições educacionais têm que responder a estes investimentos como principais impulsionadoras”. Para Porter (1947) “as empresas precisam de estratégias para obter vantagens no mercado, e investir em capital humano é uma vantagem durável”. Porter (1947) é contra a rotatividade de trabalhadores nas empresas, para ele o empregado devem ser treinados e transferidos para novas funções, a fim de estimular novas ideias e habilidades. Continuação do pensamento de Porter (1947) é que para acelerar o processo de crescimento econômico é necessário obter vantagens competitivas em recursos humanos como conhecimentos e habilidades constantemente aprimoradas. Também é necessário que estudantes recebam treinamento prático para terem participação significativa na economia, Porter (1947) diz que “a ciência e tecnologia são importantes para o crescimento da economia”.

Deve-se destacar que os primeiros estudos que ligam o investimento em educação, a melhor distribuição de renda e crescimento econômico iniciaram-se nas décadas de 1950 e 60 através do grupo de estudos de Schultz (1967), e há uma grande controvérsia no campo de pesquisas sobre a medida de influência da renda no crescimento econômico, os estudos versam entre a análise do ambiente microeconômico e macroeconômico, o crescimento está fortemente atrelado ao processo de desenvolvimento tecnológico e o fator humano é gerador de tecnologia e também deve estar preparado para aceitar e beneficiar-se das novas tecnologias.

Crescimento econômico é tema de destaque no século XX segundo Souza (1999), para ele as raízes teóricas e empíricas do crescimento econômico se originaram das crises econômicas. Souza (1999) diz que “não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento e deve-se atentar para não confundir com crescimento”.

O crescimento é uma variação quantitativa do produto, já o desenvolvimento envolve avanço tecnológico com mudanças qualitativas na vida das pessoas.

Capital humano e crescimento econômico estão ligados por uma relação recíproca, pois crescimento econômico é para os seres humanos indício de avanço nas condições de vida e o progresso do capital humano é indispensável no processo de crescimento econômico.

Na medida em que há maior qualificação do trabalhador por investimentos em educação, existe o aumento consequente da renda e ocorre o crescimento econômico. Quando o aumento da renda acontece em determinada região devido a investimentos em educação contribui para uma igualdade no sentido de equilibrar o crescimento econômico e reduzir as diferenças sociais entre os municípios.

A disseminação de novas ideias e tecnologias é o impulso para o crescimento econômico e que para que haja qualidade é necessário investimento em educação, para que juntamente com o desenvolvimento tecnológico e a acumulação de capital ocorra o melhor aproveitamento do capital humano e também a melhoria do nível de vida das pessoas.

5. METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza qualitativa. É uma análise do tipo exploratória sobre o capital humano através de outros trabalhos realizados e publicados. Desse modo, foi analisado a evolução do pensamento histórico acerca do capital humano e sua posterior importância no decorrer do tempo.

Os meios de investigações foram as pesquisas bibliográficas, por oferecerem instrumentos que auxiliam no estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros e meio eletrônico.

6. CONCLUSÃO

A relação do capital humano com o aumento de renda e o crescimento econômico de uma nação pode ser um dos principais pilares do desenvolvimento sustentável e da prosperidade de longo prazo. O capital humano refere-se ao conjunto de habilidades, conhecimentos, competências que os indivíduos adquirem ao longo de suas vidas por meio de educação, treinamento, experiência.

O capital humano bem desenvolvido resulta em uma força de trabalho mais produtiva e habilidosa. Trabalhadores com maior educação formal e competências técnicas são mais eficientes na realização de suas tarefas, o que leva a uma maior produção de bens e serviços e, por consequência, ao aumento da renda individual e nacional.

Como também indivíduos com maior capital humano tendem a ser mais inovadores e criativos. A educação e a experiência proporcionam o conhecimento e as ferramentas necessárias para resolver problemas complexos, desenvolver novas tecnologias e impulsionar o progresso econômico por meio de avanços tecnológicos.

Além de ser um fator crucial para o empreendedorismo bem-sucedido. Indivíduos com habilidades empresariais bem desenvolvidas tem mais chances de criar e gerenciar negócios de sucesso, o que, por sua vez, contribui para o crescimento econômico e a criação de empregos.

Ao contrário de outros recursos econômicos, como matérias-primas limitadas, o capital humano é um recurso renovável. Investir na educação e no desenvolvimento das habilidades das gerações mais jovens resulta em uma força de trabalho mais capacitada no futuro, garantindo uma base sólida para o crescimento econômico contínuo.

A melhoria do capital humano pode ajudar a reduzir as desigualdades socioeconômicas. Ao oferecer oportunidades iguais de acesso à educação e ao treinamento, os governos e as organizações podem nivelar o campo de jogo e permitir que indivíduos talentosos de todos os estratos sociais contribuam plenamente para o crescimento econômico.

Em suma, o capital humano desempenha um papel fundamental no aumento de renda e no crescimento econômico de uma nação. Investir na educação, treinamento, saúde e bem-estar da população é essencial para fortalecer a força de trabalho, impulsionar a inovação, aumentar a produtividade e criar uma base sólida para o desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTE, I. (2001). Educating lone wolves: pedagogical implications of human capital theory. *Adult Education Quarterly*.

BARUCH, Y., & Peirperl, M. (2000). The impact of an MBA on graduate careers. *Human Resource Management Journal*.

BECKER, G. S. (1962). Investment in human capital: a theoretical analysis. *The Journal of Political Economy*, Part 2: Investment in human beings.

BECKER, G. S. *Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. Chicago: The University of Chicago Press, 1964.

BLAUG, M. (1975). *Introdução à economia da educação*. (Leonel Vallandro & Volnei Alves Corrêa, Trad.). Porto Alegre: Globo. (Obra original publicada em 1970).

DRUCKER, P. F.; 1909 – *O melhor de Peter Drucker: a sociedade / Peter Drucker*; tradução de Edite Sciulli – São Paulo: Nobel, 2001. Título original: *The essential Drucker on society*.

DUGAN, M. K., GRADY, W. R., PAYN, B., & Johnson, T. R. (1999). The benefits of an MBA: a comparison of graduates and non-graduates. *Selections*.

FARRELL, P., & FUCHS, V. R. (1982). Schooling and health: the cigarette connection. *Journal of Health Economics*.

HUNTON, J. E., STONE, D. N., & WIER, B. (2005). Does graduate business education contribute to professional accounting success? *Accounting Horizons*.

JOHNSON, H. G. (1964). Towards a generalized capital accumulation approach to economic development. OECD Study Group in the Economics of Education The Residual Factor and Economic Growth, Paris, França.

JORGENSEN, D. W., STIROT, K. J. “Raising the speed limit: U.S. Economics Growth in the Information Age”. Brookings Papers on Economic Activity.

LOCHNER, L., & MORETTI, E. (2001). The effect of education on crime: evidence from prison inmates, arrests and self-reports [Working Paper N° 8605]. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.

MARSHAL. A. Princípios de Economia. Tradução Luiz João Baraúna, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARSHAL, A.; Principles of Economics (8th ed.) [1890]; The Online Library of Liberty -A Project Of Liberty Fund, Inc. Disponível no site: http://files.libertyfund.org/files/1676/Marshall_0197_EBk_v6.0.

MARX, K.; O CAPITAL, VOLUME I e II Apresentação de Jacob Gorender; Coordenação e revisão de Paul Singer; Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe; Editora Nova Cultural Ltda.; 1996, Círculo do Livro Ltda. Títulos originais: Value, Price and Profit; Das Kapital - Kritik der Politischen konomie. Apresentação de autoria de Winston Fritsch.

MINCER, J.; Investment in Human Capital and Personal Income Distribution. Journal of Political Economy, 1958.

MORETTI, E. (2002). Estimating the social return to higher education: evidence from longitudinal and repeated cross-sectional data [Working Paper N° 9108]. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.

NEWELL, G., LANGSAM, S., & KREUZE, J. (1996). Accounting faculty profiles: demographics and perceptions of academia. Journal of Education for Business.

PSACHAROPOULOS, G., & PATRINOS, H. A. (2002). Returns to investment in education: a further update. World Bank Policy Research, Washington, DC.

PORTER, M. E.; 1947 – A vantagem competitiva das nações / Michael E. Porter; tradução Waltensir Dutra – Rio de Janeiro: Campus, 1993.

RAUCH, J. E. (1993). Productivity gains from geographic concentration of human capital: evidence from the cities. *Journal of Urban Economics*.

SOBEL, I. (1978). The human capital revolution in economic development: its current history and status. *Comparative Education Review*.

SCHULTZ, T. W. O valor econômico da educação. Trad. de P.S. Werneck. Rev. Técnica de C.A. Pajuaba. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SCHULTZ, T. W.. O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHULTZ, T. W. The value of the ability to deal with disequilibria. *Economic Literature* 13, p.827-846, Sep 1975.

SMITH, A. A riqueza das nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas. vol. I e II, 3ª ed. Trad. Luiz João Baraúna, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SOLOW, R.M. Technical change and the aggregate production function. *Review of Economic and Statistics*, v.39, n.1, p. 312-320, 1957.

SOLOW, R.M. A contribution to the theory of economic growth. *Quarterly Journal of Economics*, v.70, 1957.

SOUZA, N. de J.; 1948 – Desenvolvimento econômico / Nali de Jesus de Souza – 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

AUTORIA

AMANDA VASCONCELOS RIOS

Doutora em Ciências Empresariales y Sociales pela Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales - UCES. Contadora e servidora pública do Legislativo. MBA em Controladoria e Gestão Financeira. Pós-Graduada em Gestão Pública com ênfase em Auditoria e Controle Externo no Setor Público. Graduada em Ciências Contábeis - UFC.

Instituição: Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales - UCES

E-mail: amandavrios@hotmail.com

Orcid: 0000-0003-2688-1136

País: Brasil